

ÁGUAS PLUVIAIS ABREM BURACOS NO PARQUE DAS COPAÍBAS E AMEAÇAM NASCENTES

BATE ATÉ QUE FURA

Ricardo Mendes
 Da equipe do Correio

Criado em 1997 pela Câmara Legislativa, o Parque das Copaíbas está sendo tomado por cicatrizes. São valas abertas pela erosão causada por despejo indevido de águas pluviais naquele ponto do Lago Sul, entre as quadras 26 e 28. Os buracos deixam raízes expostas, provocam a morte de plantas e ameaçam nascentes que formam o córrego das Antas e deságuam no Lago Paranoá. O governo do Distrito Federal pretende reagir ao problema em julho, mas a intervenção abrirá um conflito porque tentará remover as 47 famílias que moram no parque.

Aproximadamente 200 pessoas vivem no parque, reserva de mata ciliar que protege várias nascentes. Os primeiros habitantes surgiram em 1963, segundo o presidente da Associação dos Moradores do Parque das Copaíbas, Antônio de Pádua Lemos, 43 anos. Natural de Teresina, ele vive ali desde 1970. Em uma casa de madeira no meio da mata, Antônio e a mulher criam dois filhos adolescentes. Se depender dele, ninguém sairá do local. "Nós ajudamos a preservar o parque", sustenta. "Se a nossa comunidade não estivesse aqui, outros invasores já teriam destruído tudo."

Não falta quem se interesse em entrar para o restrito grupo de moradores do parque. Duas picadas retangulares são vestígios de tentativas de se construir novas casas na reserva. Essas investidas, ocorridas no ano passado, fracassaram porque os moradores mais antigos fizeram denúncias à Administração Regional do Lago Sul, cuja fiscalização interrompeu as obras. As clareiras e as cinzas de um trailer incendiado, antes usado por um dos candidatos a novo invasor, foi o que restou dessas tentativas.

Hoje, a maior ameaça às nascentes contidas no Parque das Copaíbas vem do asfalto. Trata-se do fluxo de águas pluviais para dentro da reserva, vindas da QI 26 e da Estrada Parque Dom Bosco, principal via do Lago Sul. De acordo com Antônio de Pádua Lemos, o problema foi agravado com a instalação de dois postos de gasolina junto à pista. "A água que vem deles, com óleo e sabão, acaba chegando ao parque", afirma.

Jefferson Rudy 15.6.99



Buracos enormes produzidos pelas águas que vêm das ruas expõem as raízes de árvores como a copaíba, que dá nome ao parque, e destroem o solo

A 20 metros da pista, está a cratera mais recente. Tem cinco metros de largura e até três de profundidade. Junto a ela, há latas velhas, papéis e embalagens de plástico. O buraco expõe raízes de árvores como copaíbas, que dão nome ao parque. No meio dele, junto a uma formação de rocha calcária, há um olho d'água que deixou de ser subterrâneo por causa da erosão. Sem a antiga proteção da terra, a água cristalina acaba sendo contaminada pela que vem do asfalto antes mesmo de chegar ao córrego.

Em outro ponto, mais no interior do parque, uma voçoroca de até dois metros de profundidade se estende por dezenas de metros, mata adentro. Sua origem está em uma

pista na QI 26, no ponto onde as águas pluviais saem do asfalto e seguem para dentro da reserva. Quando chove, a enxurrada que deveria ser carregada para uma galeria subterrânea corre sobre o chão e desce para o lago, carregando terra. "Antes de existir esse buraco, há uns 25 anos, era possível passar por ali de carro", lembra uma das moradoras mais antigas da invasão, Terezinha Ribeiro Lima, 50 anos, que vive de frente para a voçoroca.

PROVIDÊNCIAS

O governo promete reagir aos problemas da reserva no próximo mês. O presidente do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente, Fernando Fonseca, antecipa que fará em

julho uma intervenção no Parque das Copaíbas e no Parque da Canjerana, na QI 25, para identificar problemas ambientais e dar início à remoção dos moradores. "Para isso, estamos planejando uma ação conjunta de vários órgãos do governo, incluindo o Siv-Solo (Sistema Integrado de Vigilância do Solo)", diz Fonseca.

Fonseca afirma ainda que o Iema vai verificar de quem é a culpa pela erosão no parque. "Vamos averiguar responsabilidades, que tanto podem ser dos postos de combustível quanto do poder público, por inadequação da rede de águas pluviais."

Ele acrescenta que a ação de julho vai ocorrer nos mesmos moldes da retirada de 70 famílias do Parque

Burle Marx, perto da Asa Norte, promovida há duas semanas. Fonseca conta que apenas três ocupações permanecem naquele parque, por força de decisões judiciais e dúvidas quanto à necessidade de indenizar os ocupantes — um chacareiro, uma escola que fez uma quadra esportiva e uma entidade assistencial que ergueu uma creche — por gastos com benfeitorias.

"Por isso, estamos reunindo sustentação jurídica para nos embasarmos melhor antes da remoção das invasões", explica. "Havendo essa sustentação, a maioria dos ocupantes vai ter de sair", emenda o presidente do Iema, convicto de que a presença de moradores no parque é, por si só, uma ameaça às nascentes.